



## CONFLITO DE COMPETÊNCIA JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL CRIME NO ORKUT – INTERNACIONALIDADE

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 112.616-PR (2010/0107983-8)

Relator : Ministro Gilson Dipp

Suscitante: Juízo Federal e Juizado Especial Criminal de Londrina (SJ-PR)

Suscitado : Juízo de Direito do Primeiro Juizado Especial Criminal de Londrina (PR)

Interes. : Justiça Pública

Interes. : Em apuração

### EMENTA

CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DIFAMAÇÃO E FALSA IDENTIDADE COMETIDOS NO ORKUT. VÍTIMA IMPÚBERE. INTERNACIONALIDADE. CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

I – Hipótese na qual foi requisitada a quebra judicial do sigilo de dados para fins de investigação de crimes de difamação e falsa identidade, cometidos contra menor impúbere e consistentes na divulgação, no Orkut, de perfil da menor como garota de programa, com anúncio de preços e contato.

II – O Orkut é um sítio de relacionamento **internacional**, sendo possível que qualquer pessoa dele integrante acesse os dados constantes da página em qualquer local do mundo, circunstância suficiente para a caracterização da transnacionalidade necessária à determinação da competência da Justiça Federal.

III – Ademais, o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a qual, em seu Artigo 16, prevê a proteção à honra e à reputação da criança.

IV – Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal e Juizado Especial Federal de Londrina (SJ-PR), o suscitante.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça. A Seção, por unanimidade, conheceu do conflito e declarou competente o suscitante, Juízo Federal e Juizado Especial Criminal de Londrina (SJ-PR), nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Relator os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Og Fernandes, Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ-SP), Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ-CE) e Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ-RJ). Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Laurita Vaz.

Brasília (DF), 13 de abril de 2011 (data do julgamento).

Ministro GILSON DIPP

Relator

### RELATÓRIO

**O Excelentíssimo Senhor Ministro GILSON DIPP:** Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal e

Juizado Especial Criminal de Londrina (SJ-PR), em face do Juízo de Direito do Primeiro Juizado Especial Criminal de Londrina (PR).

Consta dos autos que o Núcleo de Combate aos Cibercrimes (NUCIBER), órgão de atividade especial da Polícia Civil do Estado do Paraná representou, em juízo, pela quebra de sigilo de dados cadastrais, no curso de investigação referente a crimes de difamação e falsa identidade cometidos contra menor impúbere, e consistentes na divulgação, no Orkut, de perfil da menor como garota de programa, com anúncio de preços e contato. O crime teria sido cometido por intermédio de acesso e troca da senha cadastrada pela menor e, por isso, a necessidade da medida.

O Juízo de Direito do Primeiro Juizado Especial de Londrina declinou de sua competência em favor da Justiça Federal. Argumentou, para tanto, que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a qual, em seu Artigo 16, prevê a proteção à honra e à reputação.

O Juízo Federal e Juizado Especial Federal de Londrina (SJ-PR), por sua vez, suscitou o presente conflito apontando, em suma, que na hipótese dos autos não se caracterizou a internacionalidade necessária à atração da competência da Justiça Federal, tendo o crime se consumado exclusivamente em território nacional.

A d. Subprocuradoria-Geral da República opinou pela competência do Juízo suscitado (fls. 58-61 e-STJ).

É o relatório.

Em mesa, para julgamento.

### VOTO

**O Excelentíssimo Senhor Ministro GILSON DIPP (Relator):** Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Federal e Juizado Especial Federal de Londrina (SJ-PR), em face do Juízo de Direito do Primeiro Juizado Especial Criminal de Londrina (PR).

Consta dos autos que o Núcleo de Combate aos Cibercrimes (NUCIBER), órgão de atividade especial da Polícia Civil do Estado do Paraná representou, em juízo, pela quebra de sigilo de dados cadastrais, no curso de investigação referente a crimes de difamação e falsa identidade cometidos contra menor impúbere, e consistentes na divulgação, no Orkut, de perfil da menor como garota de programa, com anúncio de preços e contato. O crime teria sido cometido por intermédio de acesso e troca da senha cadastrada pela menor e, por isso, a necessidade da medida.



O Juízo de Direito do Primeiro Juizado Especial de Londrina declinou de sua competência em favor da Justiça Federal. Argumentou, para tanto, que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a qual, em seu Artigo 16, prevê a proteção à honra e à reputação.

O Juízo Federal e Juizado Especial Federal de Londrina (SJ-PR), por sua vez, suscitou o presente conflito apontando, em suma, que na hipótese dos autos não se caracterizou a internacionalidade necessária à atração da competência da Justiça Federal, tendo o crime se consumado exclusivamente em território nacional.

Passo a decidir.

Em que pese esta Corte ter firmado entendimento no sentido de que o simples fato de o crime ter sido praticado por meio da Internet não atraia a competência da Justiça Federal, sendo indispensável a prova da internacionalidade do fato, penso que, em casos como o dos autos, a competência é do Juízo Federal.

A hipótese em tela não cuida de *site* de relacionamentos interno, de alcance meramente no território brasileiro. O Orkut é um sítio de relacionamento **internacional**, sendo possível que qualquer pessoa dele integrante acesse os dados constantes da página em qualquer local do mundo. Esta circunstância, por si só, é suficiente para a caracterização da transnacionalidade necessária à determinação da competência da Justiça Federal.

Além disso, conforme ressaltado pelo Juízo Suscitado, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Congresso Nacional no Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990 e pelo Poder Executivo no Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, determina a proteção da criança em sua honra e reputação.

Nesse mesmo sentido, já decidiu esta Corte:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSO PENAL. DIVULGAÇÃO DE IMAGENS PORNOGRÁFICAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DA INTERNET. CONDUTA QUE

SE AJUSTA ÀS HIPÓTESES PREVISTAS NO ROL TAXATIVO DO ART. 109 DA CF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Este Superior Tribunal de Justiça tem entendido que só o fato de o crime ser praticado pela rede mundial de computadores não atrai a competência da Justiça Federal.

2. A competência da Justiça Federal é fixada quando o cometimento do delito por meio eletrônico se refere às infrações previstas em tratados ou convenções internacionais, constatada a internacionalidade do fato praticado (art. 109, V, CF), ou quando a prática de crime via Internet venha a atingir bem, interesse ou serviço da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas (art. 109, IV, CF).

3. No presente caso, há hipótese de atração da competência da Justiça Federal, uma vez que o fato de haver um usuário do Orkut, supostamente praticando delitos de divulgação de imagens pornográficas de crianças e adolescentes, configura uma das situações previstas pelo art. 109 da Constituição Federal.

4. Além do mais, é importante ressaltar que a divulgação de imagens pornográficas, envolvendo crianças e adolescentes por meio do Orkut, provavelmente não se restringiu a uma comunicação eletrônica entre pessoas residentes no Brasil, uma vez que qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, desde que conectada à Internet e pertencente ao dito sítio de relacionamento, poderá acessar a página publicada com tais conteúdos pedófilo-pornográficos, verificando-se, portanto, cumprido o requisito da transnacionalidade exigido para atrair a competência da Justiça Federal.

5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Vara Federal e Juizado Especial Federal de Pato Branco (SJ-PR), ora suscitado. (CC nº 111.338-TO, Rel. Min. OG FERNANDES, Sexta Turma, julgado em 23.06.10, DJe 01.07.10.)

Diante do exposto, conheço do conflito e declaro competente para o processamento e julgamento do feito o Juízo Federal e Juizado Especial Federal de Londrina (SJ-PR), o suscitante.

É como voto.

consulex

24 HORAS DE TRABALHO DEDICADAS AO SEU SUCESSO PROFISSIONAL!

REVISTA JURÍDICA consulex

MODERNA BIBLIOTECA DO DIREITO

PORTOS BRASILEIROS

14 ANOS